

Regente de diversas disciplinas do curso de Direito, na Universidade de Direito da Guiné-Bissau, ao abrigo de protocolo existente entre o Governo Português e a República da Guiné-Bissau (1994);

Assistente de diversas disciplinas do curso de Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1989-1995);

Regente das disciplinas de Direito Processual Penal e de Direito Penal na Academia Militar, em Lisboa;

Palestras e diversos cursos de formação na área do direito penal, teoria geral das informações e outros (1999-2005);

O Tráfico de Armas em Portugal, conferência organizada pela Comissão Nacional Justiça e Paz (CNJP).

7 — Publicações:

As Prisões em Portugal, relatório do Provedor de Justiça, 1996 (co-autoria);

Introdução ao Estudo do Direito, edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1987-1988 (co-autoria);

Lições de Direito Processual Penal, Prof.ª Teresa Beleza (co-autoria);

Breves Notas sobre o Cumprimento Defeituoso no Contrato de Empregada, edição da Coimbra Editora;

A Adopção, edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1994;

«Criminalidade grupal», artigo publicado no livro *Informações e Segurança Interna*, edição da Coimbra Editora, 1998.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 16 303/2006

Nos termos do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Maria Gabriela Certã Ventura, para o efeito requisitada à Mota Engil — Concessões de Transportes, para prestar colaboração no meu Gabinete, no âmbito da sua especialidade.

A nomeação tem o termo de um ano, sucessiva e automaticamente renovável, sem prejuízo da possibilidade de cessar por revogação a qualquer momento, aplicando-se à nomeada o regime remuneratório dos adjuntos de gabinete, nos termos do n.º 4 do artigo 2.º e do n.º 4 do artigo 6.º do citado Decreto-Lei n.º 262/88.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006.

17 de Julho de 2006. — O Ministro de Estado e da Administração Interna, *António Luís Santos Costa*.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Despacho n.º 16 304/2006

Delegação de competências

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 13.º, n.º 3, da Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro, e no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delego nos oficiais referidos no n.º 2 a competência para assinar termos de posse e aceitação nos casos de nomeação para os postos de subcomissário e de agente e de promoção para os postos de chefe, subchefe e agente principal.

2 — Oficiais a que se refere o presente despacho:

a) Superintendente Francisco Maria Correia Oliveira Pereira, comandante do Comando Metropolitano de Lisboa;

b) Superintendente-chefe José Gomes Pereira, comandante do Comando Metropolitano do Porto;

c) Superintendente-chefe Jorge Félix Furtado Dias, comandante do Comando Regional dos Açores;

d) Superintendente Guilherme José Costa Guedes da Silva, comandante do Comando Regional da Madeira;

e) Intendente Francisco António Carrilho Bagina, comandante do Comando de Polícia de Aveiro;

f) Intendente Madalena Maria Almeida Rodrigues Amaral, comandante do Comando de Polícia de Beja;

g) Intendente Miguel José Ferreira Mendes, comandante do Comando de Polícia de Braga;

h) Intendente Amândio Amílcar Correia, comandante do Comando de Polícia de Bragança;

i) Intendente José Poças Correia, comandante do Comando de Polícia de Castelo Branco;

j) Intendente Abílio Pinto Vieira, comandante do Comando de Polícia de Coimbra;

k) Intendente José Ferreira Oliveira, comandante do Comando de Polícia de Évora;

l) Intendente Jorge Filipe Guerreiro Cabrita, comandante do Comando de Polícia de Faro;

m) Intendente Luís Manuel Pacheco Ribeiro Viana, comandante do Comando de Polícia da Guarda;

n) Intendente Flávio Santos Alves, comandante do Comando de Polícia de Leiria;

o) Subintendente Joaquim José da Silva Nunes Simões, 2.º Comandante do Comando de Polícia de Portalegre;

p) Superintendente Levy Silva Correia, comandante do Comando de Polícia de Santarém;

q) Intendente José Casimiro Matias David, comandante do Comando de Polícia de Setúbal;

r) Intendente José Martins Cruz, comandante do Comando de Polícia de Viana do Castelo;

s) Intendente Serafim José Sousa Tavares, comandante do Comando de Polícia de Vila Real;

t) Intendente Constantino José Mendes Azevedo Ramos, comandante do Comando de Polícia de Viseu;

u) Subintendente António Santos Castro, comandante do Comando Equiparado a Comando de Polícia de Ponta Delgada;

v) Subintendente Fernando Gomes Prata, comandante do Comando Equiparado a Comando de Polícia de Angra do Heroísmo;

w) Comissário Leonardo Arnaldo Gomes Cunha, comandante do Comando Equiparado a Comando de Polícia da Horta;

x) Intendente Paulo Manuel Pereira Lucas, comandante do Corpo de Intervenção;

y) Intendente Manuel Augusto Magina da Silva, comandante do Grupo de Operações Especiais;

z) Intendente Luís Manuel Peça Farinha, comandante do Corpo de Segurança Pessoal.

9 de Julho de 2006. — O Director Nacional, *Orlando Romano*.

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 16 305/2006

Por despacho de 29 de Junho de 2006 do Ministro de Estado e da Administração Interna, foi nomeado, por recrutamento excepcional, nos termos do Decreto-Lei n.º 37/87, de 26 de Janeiro, e do artigo 102.º da Lei n.º 5/99, de 27 de Janeiro, no cargo de subdirector para a área de ensino da Escola Prática de Polícia, o subintendente M/126639, António José Teles São Matias.

7 de Julho de 2006. — O Director, *Jorge Alexandre Gonçalves Maurício*.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho n.º 16 306/2006

O quadro de pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública está fixado pela Portaria n.º 767/2005, de 5 de Setembro.

O número de agentes provisórios a admitir ao curso de formação de agentes da Escola Prática de Polícia é, nos termos da lei, fixado anualmente por despacho conjunto dos Ministros da Administração Interna e das Finanças, tendo em conta as necessidades operacionais da Polícia.

Assim, ao abrigo do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 375/88, de 21 de Outubro, é autorizada a admissão de até 1000 candidatos à frequência do curso de formação de agentes da PSP no ano lectivo de 2006-2007.

17 de Julho de 2006. — O Ministro de Estado e da Administração Interna, *António Luís Santos Costa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral do Orçamento

Despacho n.º 16 307/2006

I — Através do aviso n.º 3360/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 16 de Março de 2006, publicitado no jornal

Correio da Manhã, de 22 do mesmo mês e ano, e divulgado na bolsa de emprego público em 24 de Março do corrente ano, foi aberto o procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau de chefe de divisão de Contabilidade da Consultadoria Jurídica do quadro de pessoal dirigente da Direcção-Geral do Orçamento, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 344/98, de 6 de Novembro.

II — Concluído o respectivo procedimento concursal e mediante proposta fundamentada do correspondente júri, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, republicado em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de chefe de divisão de Contabilidade da Consultadoria Jurídica do quadro da Direcção-Geral do Orçamento o licenciado em Direito Paulo Alexandre Major Duarte Lopes, com os seguintes fundamentos:

1 — Detém ampla experiência profissional na área do Direito Administrativo com particular incidência em matéria orçamental.

2 — É titular de bons conhecimentos de logística e de larga experiência na colaboração e feitura de diplomas legais.

3 — É detentor de um profundo conhecimento do enquadramento jurídico das leis do Orçamento do Estado e dos decretos-leis de execução orçamental.

4 — Detém capacidade de liderança, gestão, inovação e motivação de equipas e também capacidade para efectuar e promover trabalho em equipa, tendo, neste particular, desenvolvido diversos trabalhos a que alia espírito de iniciativa orientado para objectivos práticos.

5 — Possui uma forte apetência e motivação para desenvolver a utilização da microinformática na área de actuação da Consultadoria Jurídica.

6 — Demonstra possuir excelente capacidade crítica, revelando, ainda, muito boa capacidade de expressão e fluência verbais e elevada preocupação em manter actualizados os seus conhecimentos e em se valorizar profissionalmente.

III — A presente nomeação, que tem cabimento orçamental no orçamento de funcionamento da Direcção-Geral do Orçamento para 2006, produz efeitos a partir da data do presente despacho.

IV — Conforme o disposto no artigo 21.º, n.º 10, do Estatuto do Pessoal Dirigente, anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado.

31 de Maio de 2006. — O Director-Geral, *Luís Morais Sarmento*.

Nota curricular

Paulo Alexandre Major Duarte Lopes, nascido em 10 de Fevereiro de 1974, solteiro, concluiu a licenciatura em Direito em 15 de Julho de 1998, desempenhou funções profissionais na ex-Direcção-Geral da Administração Autárquica (actual Direcção-Geral das Autarquias Locais). Naquele organismo assegurou funções de natureza científico-técnica consubstanciadas na elaboração de estudos, projectos de diplomas legais e pareceres jurídicos, nomeadamente nas áreas das atribuições das autarquias locais e em outras áreas com relevância orçamental.

Em 2001 ingressou na Direcção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças e da Administração Pública, sendo afecto ao Serviço de Consultadoria Jurídica, onde tem assegurado funções de assessoria jurídica nos diversos domínios de actuação desta Direcção-Geral, traduzidas designadamente na feitura de projectos de diplomas legais, onde se incluem as propostas de lei do Orçamento do Estado e respectivo decreto-lei de execução orçamental, sempre em estreita colaboração com os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças.

Elaboração de pareceres jurídicos sobre diversas matérias, com especial incidência no direito administrativo e orçamental.

Exercício de funções de chefe de divisão de Contabilidade em regime de substituição, desde 1 de Dezembro de 2005, na Consultadoria Jurídica da Direcção-Geral do Orçamento.

Estágio de advocacia. Formador certificado de diversas acções de formação nos diversos domínios do direito administrativo e orçamental. Participação em reuniões e grupos de trabalho tendentes à comparação de diversos diplomas legais.

Despacho n.º 16 308/2006

I — Através do aviso n.º 3361/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República* de 16 de Março, e publicitado no jornal *Correio da Manhã*, de 22 do mesmo mês e ano, e divulgado na bolsa de emprego público em 24 de Março do corrente ano, foi aberto o procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau de chefe de divisão de contabilidade da Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos do quadro de pessoal dirigente da Direcção-Geral do Orçamento, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 344/98, de 6 de Novembro.

II — Concluído o respectivo procedimento concursal e mediante proposta fundamentada do correspondente júri, nos termos dos n.ºs 8,

9 e 10 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, republicado em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de chefe de divisão de Contabilidade da Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, do quadro da Direcção-Geral do Orçamento, o licenciado em Direito Vítor Jaime Pereira Alves, com os seguintes fundamentos:

1 — Detém ampla experiência profissional na área do Direito da função pública, com particular relevância em matéria de recursos humanos e nas áreas do Direito Administrativo, Constitucional, do Trabalho e Orçamental, especialmente na medida em que se correlacionam com o Direito da função pública.

2 — É titular de bons conhecimentos de legística e de larga experiência na apreciação e análise de projectos de diplomas legais, em particular na área dos recursos humanos, e de conhecimentos e experiência na elaboração de regulamentos internos na mesma área.

3 — Possui profundo conhecimento do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública, sendo aliás co-autor de um livro sobre esta temática, e do regime jurídico da organização da administração directa do Estado, tendo ministrado formação sobre ambos os regimes.

4 — Demonstrou possuir excelente capacidade crítica e aptidão para a gestão, revelando, ainda, muito boa capacidade de expressão e fluência verbais e elevada preocupação em manter actualizados os seus conhecimentos e em se valorizar profissionalmente.

5 — Detém capacidade de liderança e de inovação e também capacidade para efectuar e promover trabalho em equipa, tendo, neste particular, desenvolvido diversos trabalhos a que alia espírito de iniciativa orientado para objectivos práticos.

III — A presente nomeação, que tem cabimento orçamental no orçamento de funcionamento da Direcção-Geral do Orçamento para 2006, produz efeitos a partir da data do presente despacho.

IV — Conforme o disposto no artigo 21.º, n.º 10, do Estatuto do Pessoal Dirigente, anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado.

31 de Maio de 2006. — O Director-Geral, *Luís Morais Sarmento*.

Nota curricular

Vítor Jaime Pereira Alves, licenciado em Direito, na variante de Ciências Jurídico-Penais, em 1998, pela Universidade Lusíada de Lisboa.

Chefe de divisão de Contabilidade em regime de substituição na Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos da Direcção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças e da Administração Pública desde 1 de Dezembro de 2005.

Em 1999 prestou assessoria jurídica à direcção do Grupo de Missão para o Desenvolvimento e Formação de Adultos.

Ingressou, em 2001, na Direcção-Geral do Orçamento, tendo sido afecto à Consultadoria Jurídica, na qual desempenhou funções de assessoria jurídica nos diversos domínios de actuação da Direcção-Geral do Orçamento.

Desde 2002 passou, em acumulação com as funções desempenhadas na Consultadoria Jurídica, a exercer funções de consultadoria jurídica no âmbito da Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos da Direcção-Geral do Orçamento.

Desde 2005 que possui a categoria de técnico superior de orçamento e conta principal da carreira de técnico superior de orçamento e conta.

Tem participado em diversos grupos de trabalho.

Desde 2003 que ministra acções de formação internas no âmbito da Direcção-Geral do Orçamento, na área do direito administrativo.

No ano de 2006, publicou, em co-autoria, o livro intitulado *Sistema Integrado da Avaliação do Desempenho da Administração Pública*, Anotado, na Livraria Almedina, Coimbra.

Instituto de Informática

Aviso n.º 8369/2006

Por despacho de 21 de Julho de 2006 do presidente do conselho de direcção, João Manuel Silveiro Gomes, técnico de informática do grau 1, nível 2, do quadro de pessoal do Instituto de Informática, em comissão de serviço extraordinária, como especialista de informática do grau 1, nível 2, do mesmo Instituto, foi provido, por reclassificação profissional, na referida categoria, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

25 de Julho de 2006. — O Chefe de Divisão de Administração de Pessoal, *Luís Alberto Lourenço Fernandes Costa*.